

TERMO DE REFERÊNCIA - TR
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)
SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO EM NORMAS REGULAMENTADORAS (NR-10, NR-33 E NR-35)

ÓRGÃO GERENCIADOR**ÓRGÃO:** Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.**CNPJ:** 76.175.884/0001-87.**ENDEREÇO:** Av. Visconde de Taunay, 950 - Ronda - CEP: 84051-900 - Ponta Grossa/PR.**FONE:** (42) 3220-1000 - ramal 1454.**SEI:** 032846/2026**1. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h' da Lei nº 14.133/2021).**

1.1 A contratação será realizada conforme a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 21.500/2023, através do procedimento de: **pregão eletrônico, do tipo menor preço.**

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, alínea XXIII, inciso 'a' 'i', Lei nº 14.133/2021)

2.1 OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de treinamento teórico e prático de Segurança no Trabalho em Altura (NR-35), Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados (NR-33) e Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade (NR-10), para serem utilizados pelas Secretarias e Fundações da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa/PR. Esta contratação é fundamental para garantir a integridade física de seus servidores que atuam em condições de risco e a obrigatoriedade do atendimento às NR-33, NR-35 e NR-10.

LOTE	ITEM	UND	ÓRGÃO	DESCRIÇÃO	TOTAL GERAL
1	1	SVÇ	PMPG	TREINAMENTO NR-35 – TRABALHO EM ALTURA – FORMAÇÃO (8H)	R\$ 12.019,32
	2			TREINAMENTO NR-35 – TRABALHO EM ALTURA – RECICLAGEM (8H)	R\$ 3.479,84
2	3	SVÇ	FASPG	TREINAMENTO NR-35 – TRABALHO EM ALTURA – FORMAÇÃO (8H)	R\$ 1.033,92
	4			TREINAMENTO NR-35 – TRABALHO EM ALTURA – RECICLAGEM (8H)	R\$ 994,24
3	5	SVÇ	PMPG	TREINAMENTO NR-33 – TRABALHADORES E VIGIAS – FORMAÇÃO (16H)	R\$ 12.372,82
	6			TREINAMENTO NR-33 – TRABALHADORES E VIGIAS – RECICLAGEM (8H)	R\$ 6.726,72
	7			TREINAMENTO NR-33 – SUPERVISOR DE ENTRADA – FORMAÇÃO (40H)	R\$ 21.000,32
4	8	SVÇ	PMPG	TREINAMENTO NR-10 – CURSO BÁSICO - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE PARA BAIXA TENSÃO (40H)	R\$ 15.922,28
	9			TREINAMENTO NR-10 – COMPLEMENTAR - SEGURANÇA NO SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA E SUAS PROXIMIDADES (ALTA TENSÃO) (40H)	R\$ 12.019,86
5	10	SVÇ	FASPG	TREINAMENTO NR-10 – CURSO BÁSICO - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE PARA BAIXA TENSÃO (40H)	R\$ 2.894,96
TOTAL GERAL					R\$ 88.464,28

2.2 Especificações dos serviços:

2.2.1 Os treinamentos deverão ser realizados obrigatoriamente na modalidade presencial, abrangendo etapas teóricas e práticas. Para viabilizar a participação dos servidores com o menor impacto operacional e garantir a economicidade com deslocamentos, a Contratada deverá disponibilizar centro de capacitação técnica localizado no município de Ponta Grossa/PR.

2.2.1.1 O espaço disponibilizado deverá possuir infraestrutura técnica adequada para a simulação real de cenários de risco exigidos pelas normas (como estruturas de altura para NR-35 e simuladores de espaço confinado para NR-33).

2.2.1.2 A comprovação da disponibilidade do local (seja por propriedade, locação ou termo de parceria) será exigida apenas da empresa vencedora como condição para a emissão da Ordem de Serviço, não sendo critério para a fase de habilitação.

2.2.2 Os instrutores devem possuir proficiência comprovada no tema, com formação técnica/acadêmica e registro no respectivo conselho de classe (CREA, CFT, COREN ou similar).

2.2.3 A contratada deverá fornecer todo o material didático, ambientes de treinamento e equipamentos de proteção/simulação exigidos por cada NR

2.2.4 A contratada deverá emitir certificado individual para cada participante aprovado, contendo nome, CPF, conteúdo programático, carga horária, data, local e assinatura dos responsáveis técnicos.

2.2.5 A empresa deverá fornecer coffee break nos intervalos de manhã e tarde, compostos por, no mínimo, café, leite, chá, sanduíche e bolo, em quantidade compatível com o número de inscritos.

2.2.6 As turmas serão programadas conforme a escala operacional das secretarias e a disponibilidade orçamentária do município, mediante prévia comunicação.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e terá sua eficácia após um dia útil de sua publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. Prorrogável se mantida a vantajosidade e a critério da Administração.

3.2 Após a homologação da licitação, o fornecedor registrado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços.

3.3 A execução se dará a partir do recebimento pela empresa, do Empenho ou da Autorização de Compras.

3.4 A Ata de Registro de Preços e o Contrato decorrente da Ata oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas.

4. DA PESQUISA SISTEMATIZADA DE PREÇOS

4.1 A pesquisa de preços foi realizada de acordo com o artigo 23 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e artigo 22 e seguintes do Decreto Municipal nº 21.500/2023. Desta forma, segue a metodologia aplicada para a realização do Mapa de Preços, onde foi utilizado o Banco de Preços, sítios da internet, orçamentos de fornecedores especializados e contratações similares.

4.2. MAPA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD.	SESI	PNCP	PNCP	BANCO DE PREÇOS	SITE	SITE	MÉDIA	TOTAL GERAL
1.	TREINAMENTO NR-35 – TRABALHO EM ALTURA – FORMAÇÃO (8H)	ALUNOS	101	R\$ 106,40	R\$ 100,41 (Esteio/RS)	R\$ 166,67 (Brasília/DF) 12 pessoas	R\$ 142,08	R\$ 159,90 (Inbraep)	R\$ 100,00 (Qualiseg)	R\$ 129,24	R\$ 13.053,24
2.	TREINAMENTO NR-35 – TRABALHO EM ALTURA – RECICLAGEM (8H)	ALUNOS	36	R\$ 106,40	R\$ 115,00 (Bauru/SP)	R\$ 166,67 (Brasília/DF) 12 pessoas	R\$ 107,70	R\$ 149,90 (Inbraep)	R\$ 100,00 (Qualiseg)	R\$ 124,28	R\$ 4.474,08

* Método de referência utilizado: média

3.	TREINAMENTO NR-33 – TRABALHADORES E VIGIAS – FORMAÇÃO (16H)	ALUNOS	43	R\$ 212,80	R\$ 250,00 (Itaguaí/RJ)	R\$ 333,33 (Brasília/DF) 12 pessoas	R\$ 234,00	R\$ 379,00 (Westgroup)	R\$ 317,32 (Talismã)	R\$ 287,74	R\$ 12.372,82
4.	TREINAMENTO NR-33 – TRABALHO E VIGIAS – RECICLAGEM (8H)	ALUNOS	33	R\$ 106,40 (Descartado 30% < do valor obtido)	R\$ 228,33 (Guarulhos/SP) 12 pessoas	R\$ 145,00 (Bauru/SP)	R\$ 204,99	R\$ 239,00 (Westgroup)	R\$ 201,88 (Talismã)	R\$ 203,84	R\$ 6.726,72
5.	TREINAMENTO NR-33 – TRABALHO EM ALTURA – SUPERVISOR DE ENTRADA – FORMAÇÃO (40H)	ALUNOS	44	R\$ 532,00	R\$ 500,00 (Esteio/RS)	R\$ 389,70 (Guarulhos/SP)	R\$ 493,00	R\$ 499,00 (Westgroup)	R\$ 450,00 (Graalseg)	R\$ 477,28	R\$ 21.000,32
6.	TREINAMENTO NR-10 – CURSO BÁSICO – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE PARA BAIXA TENSÃO (40H)	ALUNOS	52	R\$ 266,00	R\$ 200,00 (Esteio/RS) (Descartado 30% < do valor obtido)	R\$ 340,00 (Itabirito/MG)	R\$ 303,33	R\$ 450,00 (Westgroup)	R\$ 450,00 (Medvitae)	R\$ 361,87	R\$ 18.817,24
7.	TREINAMENTO NR-10 – COMPLEMENTAR – SEGURANÇA NO SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA E SUAS PROXIMIDADES (ALTA TENSÃO) (40 H)	ALUNOS	27	R\$ 266,00 (Descartado 30% < do valor obtido)	R\$ 300,00 (Bauru/SP)	R\$ 500,00 (Esteio/RS)	R\$ 505,90	R\$ 420,00 (Fazer)	R\$ 500,00 (Prevermed)	R\$ 445,18	R\$ 12.019,86
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO											R\$ 88.464,28

* Foi solicitado orçamento a outros fornecedores que não retornaram ou apresentaram a documentação sem assinatura conforme cota **7202810** no processo SEI **032846/2026**, sendo estes desconsiderados. Dos valores obtidos, alguns não foram considerados por estarem com valor 30% abaixo do valor médio obtido.

5 DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1 Após a pesquisa de preços, analisados de forma crítica e atendendo ao artigo 23 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, chegou-se aos valores unitários dos itens. O cálculo se deu por média aritmética simples, conforme o mapa de preços.

5.2 Valor total da contratação: **R\$ 88.464,28 (Oitenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e vinte e oito centavos).**

5.3 Este valor é uma estimativa inicial para a abertura dos lances da respectiva licitação.

6 DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021)

6.1 Justifica-se a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de treinamento teórico e prático em Segurança do Trabalho (NR-35, NR-33 e NR-10) em razão da necessidade imperativa de regularização das certificações obrigatórias dos servidores da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. A medida visa garantir que o efetivo exposto a riscos críticos como altura, espaços confinados e eletricidade esteja devidamente capacitado e autorizado para o exercício de suas funções, em estrita observância à legislação federal vigente.

6.2 Considerando que se trata de serviço comum, amplamente disponíveis no mercado, com especificações padronizadas e demanda recorrente, mostra-se adequada e necessária a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços, o qual permite maior flexibilidade na gestão dos quantitativos, atendimento parcelado das demandas e racionalização dos gastos públicos, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

6.3 A contratação está devidamente respaldada no Estudo Técnico Preliminar, encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) e observa as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 e pela regulamentação municipal vigente, revelando-se, portanto, necessária, adequada e vantajosa para a Administração Pública.

7 DOS QUANTITATIVOS

Descrição	Unid.	SMMA	SMS	SESMT	SMSP	SMESP	SME	FASPG	SMCSP	SMICQP/ DAERO	TOTAL	RESERVA 30%	TOTAL GERAL
TREINAMENTO NR-35 – TRABALHO EM ALTURA – FORMAÇÃO (8H)	ALUNOS	2	10	7	32	4	6	6	10	1	78	23	101
TREINAMENTO NR-35 – TRABALHO EM ALTURA – RECICLAGEM (8H)	ALUNOS	-	-	-	6	5	-	6	10	1	28	8	36
TREINAMENTO NR-33 – TRABALHADORES E VIGIAS – FORMAÇÃO (16H)	ALUNOS	-	-	-	23	-	-	-	10	-	33	10	43
TREINAMENTO NR-33 – TRABALHADORES E VIGIAS – RECICLAGEM (8H)	ALUNOS	-	10	-	5	-	-	-	10	-	25	8	33
TREINAMENTO NR-33 – SUPERVISOR DE ENTRADA – FORMAÇÃO (40H)	ALUNOS	-	4	7	16	2	-	-	5	-	34	10	44
TREINAMENTO NR-10 – CURSO BÁSICO - SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE PARA BAIXA TENSÃO (40H)	ALUNOS	2	10	7	-	4	-	6	10	1	40	12	52
TREINAMENTO NR-10 – COMPLEMENTAR - SEGURANÇA NO SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA E SUAS PROXIMIDADES (ALTA TENSÃO) (40H)	ALUNOS	-	-	-	7	4	-	-	10	-	21	6	27

8 DA SOLUÇÃO CONSIDERADA O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' da Lei nº 14.133/2021)

8.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se no Estudo Técnico Preliminar, documento que precede este Termo de Referência.

9 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/2021)

9.1 Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

9.2 Da participação de empresas em consórcio

Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do edital e da legislação aplicável.

Na hipótese de exigência de requisitos de habilitação econômico-financeira, o consórcio deverá comprovar acréscimo de 10% (dez por cento) sobre os valores exigidos para licitantes individuais, salvo se constituído integralmente por Microempresas (ME) e/ou Empresas de Pequeno Porte (EPP).

10 DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11 DA GARANTIA DO SERVIÇO

11.1 O prazo de garantia técnica dos treinamentos realizados será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo período de validade estabelecido pelas respectivas Normas Regulamentadoras (NR 10, NR 33 e NR 35), o que for menor, contado a partir da emissão dos certificados.

11.2 A Contratada garante que o conteúdo programático, a carga horária e a qualificação dos instrutores estão em total conformidade com as exigências do Ministério do Trabalho e Emprego e as normas técnicas vigentes.

11.3 A garantia abrange a reexecução dos serviços, sem qualquer ônus para o Contratante, caso seja constatada qualquer irregularidade técnica, omissão de conteúdo obrigatório ou falha na instrução que comprometa a validade legal do treinamento.

11.4 Caso os certificados emitidos apresentem erros de digitação, falta de informações obrigatórias ou não sejam aceitos por órgãos de fiscalização devido a falhas da Contratada, esta deverá retificá-los e substituí-los no prazo máximo de **05** (cinco) dias úteis.

11.5 A Contratada obriga-se a manter em arquivo, durante o prazo de validade do treinamento, as listas de presença, avaliações e demais documentos que comprovem a realização do serviço, disponibilizando-os ao Contratante sempre que solicitado.

11.6 Em caso de necessidade de reexecução do treinamento por falha técnica comprovada, a Contratada deverá disponibilizar novo instrutor (com qualificação igual ou superior) e material didático atualizado, arcando com todos os custos de deslocamento e logística.

11.7 A responsabilidade técnica pelo treinamento permanece com a Contratada mesmo após o encerramento da vigência do contrato, caso a fiscalização do trabalho aponte vícios no serviço prestado durante o período contratual.

12 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

12.1 Não será exigida a apresentação de amostras.

13 DA SUSTENTABILIDADE

13.1 Deverá a empresa adotar boas práticas de Sustentabilidade Social, Econômica, Ambiental, Ética e Política, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução de poluição ambiental.

13.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Decreto Municipal nº 11.328/2016 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

13.3 Constituem diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – menor impacto sobre recursos naturais, tais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, quando viável;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais, especialmente água e energia;
- IV – incentivo à geração de empregos, preferencialmente com utilização de mão de obra local;
- V – maior durabilidade e redução da necessidade de manutenção;
- VI – adoção de soluções inovadoras que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII – utilização de recursos naturais de origem ambientalmente regular.

13.4 Sempre que possível, deverão ser utilizados materiais e embalagens constituídos total ou parcialmente por insumos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis, em conformidade com as normas ABNT NBR 15448-1 e 15448-2.

13.5 Garantir que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

13.6 A Contratada deverá fornecer os materiais didáticos (apostilas e manuais) e os certificados de conclusão em formato digital (PDF) e também em formato impresso, garantindo o acesso universal à informação e o registro físico da capacitação;

13.7 Todo material impresso fornecido deverá ser confeccionado, obrigatoriamente, em papel reciclado ou com certificação de origem sustentável (selo FSC), visando minimizar o impacto ambiental;

13.8 Na realização das aulas práticas (especialmente para NR 33 e NR 35), a Contratada deverá garantir que todos os resíduos gerados sejam coletados e destinados corretamente, não deixando qualquer material ou detrito nas dependências da Administração;

13.9 A Contratada deverá utilizar equipamentos e simuladores que possuam alta durabilidade e, sempre que possível, que sejam fabricados com materiais recicláveis ou de baixo impacto ambiental;

13.10 Para o treinamento de NR 10, a utilização de equipamentos de medição e testes deve priorizar aparelhos com selos de eficiência energética e baterias recarregáveis, evitando o descarte de pilhas comuns;

13.11 A Contratada deverá assegurar que os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) utilizados nas instruções práticas estejam em perfeitas condições de conservação e higienização, seguindo processos que minimizem o uso de produtos químicos agressivos ao meio ambiente;

13.12 O deslocamento dos instrutores e o transporte de equipamentos devem, preferencialmente, seguir práticas de logística que reduzam a emissão de gases de efeito estufa, como a otimização de rotas ou o uso de veículos com manutenção preventiva em dia;

13.13 A Contratada deve comprometer-se com a Responsabilidade Social, garantindo que seus instrutores recebam treinamento contínuo sobre segurança do trabalho e que todos os vínculos trabalhistas estejam em estrita conformidade com a legislação, promovendo um ambiente de trabalho digno e seguro;

13.14 Preferencialmente, o fornecedor deve demonstrar a adoção de práticas de sustentabilidade ou possuir certificações que comprovem a gestão de seus impactos ambientais e sociais decorrentes da prestação de serviços educacionais e técnicos.

14 DA PROPOSTA COMERCIAL

14.1 Da aceitabilidade da proposta

14.1.1 Serão consideradas aceitáveis as propostas que atendam integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, especialmente quanto às especificações do objeto, condições de execução e critérios de julgamento definidos.

14.1.2 A proposta deverá apresentar preços compatíveis com os praticados no mercado, conforme pesquisa de preços realizada pela Administração, podendo ser desclassificadas aquelas que apresentem valores inexequíveis, excessivos ou manifestamente incompatíveis com os custos necessários à execução do objeto, poderão ser desclassificadas.

14.1.3 A análise da viabilidade levará em consideração os elementos que compõem a proposta, podendo ser solicitados esclarecimentos e documentos complementares, conforme a legislação em vigor.

15 DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

15.1 Da habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

15.1.1 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado nos anexos aos editais de licitação, bem como os critérios de habilitação econômico-financeira.

15.2 Da habilitação técnica

15.2.1 Deverá apresentar o(s) seguinte(s) documento(s) como habilitação técnica:

a) atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove, de forma satisfatória, a aptidão do licitante para o fornecimento de serviço similar ao objeto que trata este processo licitatório, compatível em características, quantidades e prazos dos itens cujo valor individual seja igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação; a comprovação poderá ser demandada em quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das referidas parcelas; Os referidos itens (que ultrapassam 4% do valor da contratação) são:

- Item 1 (formação NR 35) atestado de capacidade técnica de no mínimo 47 alunos
- Item 5 (formação NR 33) atestado de capacidade técnica de no mínimo 22 alunos
- Item 6 (reciclagem NR 33) atestado de capacidade técnica de no mínimo 17 alunos
- Item 7 (supervisor NR33) atestado de capacidade técnica de no mínimo 22 alunos
- Item 8 (básico NR 10) atestado de capacidade técnica de no mínimo 22 alunos
- Item 9 (complementar NR10) atestado de capacidade técnica de no mínimo 14 alunos

Para fins de cumprimento das quantidades mínimas exigidas, será admitido o somatório de atestados de períodos diferentes ou de contratos concomitantes, desde que comprovem a execução de serviços de natureza similar ao objeto deste Edital;

b) registro ou inscrição na entidade profissional competente;

c) apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto desta licitação.

15.2.2 Caso necessário e a fim de se eliminar dúvidas quanto à qualidade e conformidade normativa dos treinamentos propostos (NR 10, NR 33 e NR 35), o Município reserva-se o direito de solicitar, a qualquer tempo durante a fase de julgamento:

a) Planos de Aula e Conteúdo Programático com o detalhamento dos tópicos a serem abordados, garantindo a carga horária mínima exigida por cada norma;

b) Currículos e certificados de formação que atestem a proficiência dos instrutores, bem como o registro no conselho de classe competente (ex: CREA, CFT), conforme exigido pelas NRs;

c) Relação e descrição dos equipamentos de simulação, medição e proteção (EPIs/EPCs) que serão utilizados nas aulas práticas;

d) Modelos ou amostras dos certificados a serem emitidos e dos materiais didáticos (apostilas/apresentações).

15.2.3 A proposta que não demonstrar o atendimento integral aos requisitos técnicos e legais estabelecidos nas Normas Regulamentadoras vigentes poderá ser desclassificada por descumprimento do edital.

15.2.4 Será garantido o prazo de **02** (dois) dias úteis para o atendimento da diligência, prorrogável uma única vez por igual período, mediante solicitação escrita e devidamente justificada pela licitante.

Indica-se a seguinte servidora para análise dos referidos documentos: Alessandra Hauagge Gevert, matrícula 21212, telefone 3220-1000 ramal 1233, e-mail alehauagge@hotmail.com, lotada no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT.

15.3 Da habilitação econômica-financeira

15.3.1 Considerando que a contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, com fornecimento parcelado e execução ao longo da vigência da ata, torna-se necessária a verificação da capacidade econômico-financeira da licitante, a fim de minimizar riscos de inadimplemento contratual e assegurar a continuidade do fornecimento.

Para fins de comprovação da boa situação financeira, será exigida:

a) apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis referentes aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios;

b) a documentação contábil apresentada deverá ser submetida à análise do **Setor Contábil** competente, para emissão de parecer quanto à regularidade e à situação econômico-financeira da licitante.

16 DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'e' da Lei nº 14.133/2021)

16.1 Após a emissão da ordem de serviço de cada Órgão participante, a empresa será convocada para a execução do objeto, da seguinte forma:

16.1.1 Para o agendamento e posterior execução dos treinamentos para capacitação:

Prazo de entrega: 5 (cinco) dias úteis a partir da emissão de empenho e da ordem de fornecimento.

Local de Entrega: espaço disponibilizado pela contratada, que deve contar com infraestrutura técnica adequada para a simulação real de cenários de risco, situado no município de Ponta Grossa/PR.

Horário da Entrega: de acordo com o agendamento prévio no período das 08:00h às 17:00h.

Fone: (42) 3220-1000 - ramal 1233 (SESMT)

Responsável pelo recebimento: fiscal do contrato de cada Órgão participante.

17 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1 O serviço será recebido provisoriamente ao término de cada turma ou etapa do treinamento, mediante a entrega da lista de presença e relatório sucinto das atividades, para efeito de posterior verificação da conformidade com o conteúdo programático e carga horária exigida.

17.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as Normas Regulamentadoras (NR 10, 33 e 35) ou com o plano de aula aprovado, devendo a Contratada promover a reexecução do treinamento ou a retificação da documentação no prazo de **05** (cinco) dias úteis, sem custos adicionais para a Administração.

17.3 O recebimento definitivo ocorrerá em até **10** (dez) dias após o recebimento provisório, mediante a entrega de todos os certificados individuais e da documentação técnica completa (conforme exigido pelas NRs), devidamente validados pelo fiscal do contrato.

17.4 A prestação do serviço deverá obedecer rigorosamente às normas do Ministério do Trabalho e Emprego, diretrizes da ABNT aplicáveis e possuir instrutores com proficiência comprovada, garantindo a validade jurídica da capacitação perante os órgãos fiscalizadores.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e técnica da CONTRATADA por eventuais falhas na instrução, omissões de segurança ou irregularidades nos certificados constatadas posteriormente, mesmo após a vigência contratual.

17.6 Em caso de necessidade devidamente justificada, como condições climáticas impeditivas para aulas práticas ou indisponibilidade técnica de força maior, a CONTRATADA poderá solicitar o reagendamento do treinamento, desde que autorizado pelo órgão requisitante com antecedência mínima de **48** (quarenta e oito) horas, garantindo que não haja prejuízo ao cronograma de segurança do trabalho do Município.

18 DA GESTÃO CONTRATUAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'f' da Lei nº 14.133/2021)

18.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas na Lei nº 14.133/2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.2 A designação de Gestor e Fiscal será realizada pela Autoridade Competente, mediante Ordem de Serviço a ser publicada no Diário Oficial do Município, concomitantemente à formalização da contratação.

ÓRGÃO	GESTOR	SUPLENTE	FISCAIS	SUPLENTE
SMCSP	João Rodrigo Pontes Matrícula 29505	Rodrigo José da Luz Moura Matrícula 26142	<u>Administrativo</u> Lula Maria Flizicoski Matrícula 1002659 <u>Técnico</u> Daniel Luís Schneider Matrícula 32703 <u>Setorial</u> Cristiane Starke de Oliveira Matrícula 33696	<u>Administrativo</u> Terezinha Hretsuk Matrícula 26203 <u>Técnico</u> Débora Taís dos Santos Matrícula 29470 <u>Setorial</u> Jeferson Luís de Morais Matrícula 29502
SME	Andréia Aparecida Petruski Matrícula 11957	Jéssica Fernanda Venâncio Matrícula 22300	<u>Administrativo</u> Emanuelle de Avila Matrícula 30197 <u>Técnico</u> Neri César Massutti Matrícula 28578	<u>Administrativo</u> Christopher Renan Marinho de Sousa Matrícula 30163 <u>Técnico</u> Cláudio Zunko Honda Matrícula 28578
SMESP	Adelino Rodrigues Galvão Matrícula 20975	Carla Stadler Matrícula 27531	<u>Administrativo</u> Fernando Pereira Pinto Matrícula 27539 <u>Técnico</u> Divonsir Eleutério Rodrigues Matrícula 33889	<u>Administrativo</u> Mario Issamu Yamada Matrícula 29538 <u>Técnico</u> Paulo Roberto Siqueira de Araújo Matrícula 15964

			<u>Setorial</u> Michel João Haddad Neto Matrícula 3759	<u>Setorial</u> Edmilson Julio da Silva Matrícula 27544
SMICQP/ DAERO	Mario Allonso Lemos Matrícula 25245	*	<u>Administrativo</u> Luan Rodrigues Real Matrícula 31402 <u>Setorial</u> Élcio Plácido Ferreira Matrícula 23594	*
SMMA	Jefferson Thiago Kogut Batista Matrícula 33486	Pierson Calixto de Andrade Matrícula 32307	<u>Administrativo</u> Cristiane Santos Matrícula 29680 <u>Técnico</u> Osvaldo de Andrade Matrícula 111596 <u>Setorial</u> Fernando Augusto de Oliveira Rosário Matrícula 21514	<u>Administrativo</u> Ana Cristina Blum Garcia Matrícula 20643 <u>Técnico</u> Edevaldo Ferreira de Quadros Matrícula 32890 <u>Setorial</u> Rose Ap. ^a Batista da Cruz de Andrade Matrícula 12639
SMRH/SE SMT	Alberto Hissakazu Suzuki Matrícula 22797	Alessandra Hauagge Gevert Matrícula 21212	<u>Administrativo</u> Celso Marinho Matrícula 32107 <u>Técnico</u> Rodrigo Santos Vante Matrícula 33525	<u>Administrativo</u> Flavio Luis Camargo Matrícula 35962 <u>Técnico</u> Francisco de Almeida Barros Matrícula 33681
SMS	Lincoln Merhy Kogik Matrícula 34695	Fábio José Marques Madureira Matrícula 35961	<u>Administrativo</u> Luiz Henrique Martins Matrícula 35964 <u>Técnico</u> José Ulisses Magalhães Júnior Matrícula 28292 <u>Setorial</u> Vanusa Meira Albach Palhano Matrícula 35966	<u>Administrativo</u> James Francisco Proença Matrícula 29977 *
SMSP	Cézar Augusto Amaral Matrícula 21220	Renan Bach Tribeck Matrícula 30671	<u>Administrativo</u> Fábio Vinícius Conrado Matrícula 33501 <u>Técnico</u> Fernando Dias da Silva Matrícula 30396	<u>Administrativo</u> Crisléia Aparecida Goles Matrícula 13129 <u>Técnico</u> Alberto Hissakazu Suzuki Matrícula 22797
FASPG	Dayane S. Dubiela da Silva Matrícula 21985	Keila Cristiane Miara Matrícula 24976	<u>Administrativo</u> Bruno Scheidt Trzaskos Matrícula 32678	<u>Administrativo</u> Oscar Kiyoshi Kisaki Matrícula 31399

			<u>Técnico</u> Vilmara Vaz de Oliveira Matrícula 32017 <u>Setorial</u> Michele Grzygorczyk Matrícula 30245	<u>Técnico</u> Maria Luisa Derbis Matrícula 33507 <u>Setorial</u> Tatiane Hilgemberg Matrícula 32974
--	--	--	---	---

*** Não foram indicados suplentes por falta de servidores disponíveis no setor**

19 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII. Alínea 'g' da Lei nº 14.133/2021)

19.1 A avaliação da execução do serviço utilizará os relatórios parâmetros de fiscalização, conforme previsto no anexo a este Termo de Referência ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

19.2 A utilização do relatório não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

19.3 O pagamento das obrigações observará a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e art. 85 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, cujos prazos serão limitados a:

- a) 18 (dezoito) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração; e
- b) 18 (dezoito) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

19.4 O pagamento somente será efetuado se a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura estiver atestada pela fiscalização.

19.5 A Nota Fiscal deverá ser emitida posteriormente à emissão do empenho, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) prova de Regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal da sede do contratado;
- d) certidão de Regularidade do FGTS;
- e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

20 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'j' da Lei nº 14.133/2021)

20.1 As despesas para atender a esta contratação, estão previstas no orçamento para o exercício de 2026 e constam de movimento constante no processo SEI nº **032846/2026**.

20.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes mediante apostilamento.

20.3 No Decreto Federal nº 11.462/2023 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, diz:

Art. 17º - A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

21 DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

21.1 A contratação está prevista no Plano de Contratações - exercício 2026 - através das demandas das unidades administrativas, conforme constantes no processo SEI nº **032846/2026**.

TABELA

ÓRGÃOS	DEMANDA PCA Nº
SMCSP	686/2026 e 2506/2026
SME	Justificativa: demanda não prevista no PCA 2026. A ser incluída quando disponibilizado período para revisão ou no PCA 2027. Contratação necessária conforme justificado no item 5 da DFD.
SMESP	Justificativa: A presente demanda não constou no Plano de Contratação Anual da SMESP para o exercício de 2026 em razão de, à época de sua elaboração, não ter sido identificada a necessidade institucional desses serviços. Posteriormente, após análise operacional e gerencial das atividades externas desenvolvidas pela Secretaria, verificou-se a relevância da adoção de treinamento e reciclagem conforme as normas regulamentadoras em questão, bem como da necessidade de manutenção da habilitação desses trabalhadores para a execução segura de suas atividades e também atender os requisitos para a caracterização destes trabalhos, os critérios para o gerenciamento de riscos ocupacionais e as medidas de prevenção, de forma a garantir a segurança e a saúde dos servidores.
SMICQP/DAERO	477/2026
SMMA	1518/2026 e 3324/2026
SMRH/SESMT	2553/2026
SMS	272/2026
SMSP	429/2026 e 3227/2026
FASPG	2732/2026, 1126/2026 e 2199/2026

22 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes nesse Termo assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações a seguir dispostas:

22.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

22.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

22.1.3 Apresentar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos atualizados:

- a) certidão conjunta relativa aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal da sede do contratado;
- d) certidão de Regularidade do FGTS;
- e) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

22.1.4 Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

22.1.5 Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços contratados.

22.1.6 Paralisar por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que se esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

22.1.7 Reexecutar, às suas expensas, no total ou em parte, o treinamento que apresentar vícios de conteúdo, carga horária insuficiente ou falhas técnicas de instrução que possam comprometer a validade legal da certificação perante o Ministério do Trabalho e Emprego.

22.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

22.1.9 Cumprir durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

22.1.10 Sempre que solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

22.1.11 Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas regulamentadoras de segurança.

22.1.12 É obrigação da CONTRATADA manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a qualificação.

22.1.13 Emitir os certificados de conclusão para cada aluno aprovado, devendo a entrega ocorrer de forma híbrida, sendo a versão digital enviada por e-mail ou plataforma online em arquivo PDF assinado digitalmente (padrão ICP-Brasil) e a versão impressa entregue fisicamente à unidade administrativa responsável no prazo estabelecido para o recebimento definitivo, contendo obrigatoriamente o nome completo do trabalhador, conteúdo programático, carga horária, data, local de realização, nome e qualificação dos instrutores e a assinatura do responsável técnico.

22.1.14 Ter pleno conhecimento e aceitação, dos requisitos técnicos, do teor do Termo de Referência e seus anexos, documentos aplicáveis nas normas e legislação pertinentes, não havendo nenhuma dúvida quanto ao objeto entregue, bem como, concordar com todos os seus efeitos legais.

22.1.15 Responsabilizar-se por todo o deslocamento, alimentação e hospedagem dos instrutores, bem como pelo transporte de simuladores e equipamentos necessários para a realização das aulas práticas nas dependências indicadas pela Contratante.

22.1.16 Indicar preposto para representa-la durante a execução do Termo de Contrato, quando for o caso

22.1.17 Indicar profissional habilitado (Engenheiro de Segurança ou Técnico de Segurança do Trabalho, conforme a norma) para responder tecnicamente pelos treinamentos e assinar os certificados.

22.1.18 Alocar instrutores com comprovada proficiência nos temas (NR 10, 33 e 35), apresentando, sempre que solicitado, os currículos e as evidências de capacitação técnica, sob pena de impedimento da realização do curso.

22.1.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto contratual e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

22.1.20 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam das especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

22.1.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para maior de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

22.1.22 Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que anteceder a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

22.1.23 No ato da comunicação, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente propor nova data para a realização do treinamento, que ficará sujeita à aprovação da Administração, garantindo que o atraso não comprometa a validade das certificações dos servidores ou as metas de segurança do Município.

22.1.24 Garantir que todos os equipamentos de proteção e simulação utilizados durante as aulas práticas (como cinturões, cordas, tripés, detectores de gases e insufladores) possuam Certificado de Aprovação (CA) válido e estejam dentro dos prazos de inspeção e calibração exigidos pelas normas técnicas.

22.1.25 Garantir a segurança física de todos os alunos durante as atividades práticas de NR 33 (Espaço Confinado) e NR 35 (Trabalho em Altura), realizando a Análise de Risco (AR) prévia do local e suspendendo as atividades caso as condições ambientais ou técnicas ofereçam perigo imediato.

22.1.26 Elaborar e entregar, ao final de cada treinamento, a Ata de Treinamento e a Lista de Presença original, devidamente assinada pelos alunos e instrutores, que servirá de base para a aceitação do serviço.

22.1.27 Realizar avaliação de aprendizagem (teórica e/ou prática) ao final de cada módulo, para aferir o aproveitamento dos alunos, restando a certificação daqueles que não atingirem a nota mínima ou a frequência obrigatória estabelecida nas NRs.

22.1.28 A CONTRATADA deverá fornecer material didático atualizado (apostilas e manuais) de acordo com a última redação das Normas Regulamentadoras, realizando a entrega de forma híbrida através de uma cópia impressa em papel reciclado ou com certificação de origem sustentável (selo FSC) entregue a cada aluno no início das atividades, além da disponibilização do arquivo em formato digital (PDF) para a Administração e para o participante após a conclusão do curso.

23 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

23.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o objeto contratual.

23.2 Designar servidores para gerir, acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual.

23.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, podendo rejeitar, no todo ou em parte, fornecimento ou serviço, executado em desacordo com a ata a ser firmada.

23.4 Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que concerne a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

23.5 Aplicar a CONTRATADA as sanções previstas na lei.

23.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

23.7 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

23.8 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

23.9 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

23.10 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo Contratual e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

23.11 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação dos serviços de treinamento ou na documentação entregue (listas de presença, certificados e relatórios), para que sejam reexecutados, retificados ou corrigidos, fixando prazo para a resposta da empresa e a devida ação corretiva, sem ônus adicional para o Município.

23.12 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do Termo Contratual, através da fiscalização e gestão, cabendo a este, registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas.

23.13 Observar para que, durante a vigência do presente Termo Contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, assim como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

23.14 Efetuar o pagamento a CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo previsto no Decreto nº 21.500/2023 e suas alterações.

24 DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO DO CONTRATO

24.1 Independentemente do prazo de duração do contrato, utilizar-se-á como critério de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, nos termos do art. 90 do Decreto Municipal nº 21.500/2023, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que no presente caso foi finalizado com formalização do mapa de preços no dia 30/04/2026.

24.2 A concessão do reajuste será realizada de ofício mediante aditivo ao contrato.

24.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros de último reajuste.

24.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

24.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente o definitivo.

24.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

24.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

24.8 Surgindo fato desencadeador ocorrido após assinatura do contrato, que cause desequilíbrio decorrente de fato imprevisível, ou previsível, mas insuperável por mais diligente que tenha sido a respectiva parte.

24.9 Que o risco não se encontre entre aqueles que sejam atribuídos pela própria parte.

24.10 Que esse fator de desequilíbrio não decorra de ação culposa ainda que indireta do requerente.

24.11 Que o desequilíbrio afete as condições financeiras da proposta, pode o CONTRATANTE requer o reequilíbrio.

24.12 O prazo para o CONTRATANTE analisar e decidir sobre o pedido de reequilíbrio é de 30 (trinta) dias, sendo que em caso de ultrapassar esses dias, caberá incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais a correção monetária sob o respectivo montante.

24.13 A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da contratada ou superação dos limites da receita bruta anual, que cuida o art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

25 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

25.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/sem outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original.

25.2 Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.

25.3 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

26 DOS ESCLARECIMENTOS E EXIGÊNCIAS ADICIONAIS

26.1 As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente processo.

Ponta Grossa, 08 de maio de 2026.

Assinado por:

Silvio Adriano Kuboski

08/05/2026 - 11:02

44UKTMOLRXGZ0ML3XQ90DA

Responsável pela confecção deste TR

Assinado por:

Isabele da Veiga Moro

08/05/2026 - 12:16

WH0GDHPYSI2PUHIQRDGTYG

Secretária Municipal de Administração

ANEXO II - PARÂMETROS DE FISCALIZAÇÃO

Identificação do Termo Contratual			
Contrato nº			
Data de Assinatura			
Data de Publicação			
Valor Contratual			
Prazo de Vigência	Data Inicial	Data Final	
Empenho	Nº	Valor	Data
Data de Emissão da Ordem de Serviço			
Prazo de Execução	Data Inicial	Data Final	
Edital de Licitação nº			
Objeto do Contrato:			
Obrigações do Contratante: <i>(colocar o que está previsto no contrato e o que foi estipulado como critérios de aferição notificados para a empresa)</i>			

Condições da execução contratual	
() Excelente:	Atendidas todas as condições do contrato e do edital, com bens e serviços de ótima qualidade.
() Ótima:	Atendidas as condições do contrato e do edital com bens e serviços que atendem as exigências básicas da legislação.
() Boa:	Atendida a parte essencial do contrato, havendo necessidade de se observar os critérios colocados, no prazo de 30 dias, sob pena de apontamento para penalidade.

() **Ruim:** Não foram atendidas as necessidades essenciais ou não foram atendidos os critérios colocados no prazo definido.

Quanto a documentação

A empresa apresentou certidão negativa de débitos municipais () Sim () Não

A empresa apresentou certidão de regularidade quanto ao FGTS () Sim () Não

A empresa apresentou certidão negativa previdenciária () Sim () Não

A empresa apresentou rol de pessoas que trabalham na execução do serviço* () Sim () Não

A empresa apresentou quadro de horário dos empregados* () Sim () Não

A empresa apresentou os contratos que mantém com outras empresas em caso de ser permitida total ou em parte a terceirização de serviços () Sim () Não

A empresa apresentou comprovante de recolhimento de encargos sociais contendo o nome dos empregados que prestam serviços relativos ao contrato com o Município () Sim () Não

A empresa apresentou comprovante de retenção/pagamento de IR e INSS relativo ao contrato dos terceirizados () Sim () Não

(*) somente para prestadoras de serviços.

Condições dos Produtos

() **Excelente:** Supera os padrões estabelecidos pelas normas técnicas e de fiscalização.

() **Ótima:** De acordo com os padrões estabelecidos pelas normas técnicas.

() **Regular:** Não existem padrões específicos, todavia, os produtos aparentam ter qualidade.

() **Irregular:** Os produtos não estão de acordo com as normas técnicas e apresentam falhas ou defeitos que não recomendam o uso. *(neste caso tirar foto do produto, anexando ao processo, ou pegar amostra certificando o entregador e coletando a assinatura de 02 (duas) testemunhas no local. No caso de ser produto alimentício, envolver a amostra em plástico e guardar no freezer, para eventual perícia).*

Situações não atendidas:

(especificar a obrigação constante no contrato e em que sentido deixou de ser atendida)

Atrasos ocorridos:

(especificar data prevista para entrega, informar se houve notificação quanto ao atraso, informar se posteriormente ocorreu a entrega)

Condições dos serviços

- ☐ **Excelente:** Supera os padrões estabelecidos pelas normas técnicas e de fiscalização.
- ☐ **Ótima:** De acordo com os padrões estabelecidos pelas normas técnicas.
- ☐ **Regular:** Não existem padrões específicos, todavia, os serviços foram executados.
- ☐ **Irregular:** Os serviços não estão sendo prestados em conformidade com o desejado pela Secretaria ou pelos usuários. *(neste caso relatar a situação, por exemplo, falta de pessoal, falta de material, falta de urbanidade no atendimento)*

Observações complementares**Situações não atendidas**

- ☐ Os prestadores de serviço da contratada não estão registrados corretamente.
- ☐ Os prestadores de serviço da contratada não estão ligados à empresa por meio de contrato de prestação de serviços
- ☐ Há irregularidade nos pagamentos aos contratados
- ☐ Não há recolhimento de encargos sobre a prestação de serviços dos contratados
- ☐ Não estão sendo cumpridas regras básicas trabalhistas *(fornecimento de uniforme, pagamento de horas extras, pagamento de adicional de insalubridade, etc. Neste caso especificar o que se verificou a falta).*
- ☐ Está ocorrendo terceirização de serviços ou sub contratação, não havendo permissão neste sentido no contrato.

Observações gerais: <i>(fazer observações por escrito em cada item ou colocar: “nada a apontar”)</i>	
a) Quanto a necessidade de notificação para regularização de item apontado:	
b) Alertas sobre necessidade de prorrogação do contrato, no caso do serviço ou bem ser considerado de qualidade e necessário ao serviço público:	
c) Alerta sobre necessidade de averiguação de quantitativos para mais ou menos para atender as necessidades do poder público:	
d) Alerta sobre a necessidade de se iniciar estudos para nova contratação, uma vez que o contratante não está atendendo as necessidades da administração pública:	
e) Alerta quanto a necessidade de recomposição de equilíbrio econômico financeiro.	
f) Outros: <i>(relatar por escrito suas observações sobre o cumprimento do contrato, tendo como premissa que a Administração Municipal pretende sempre o melhor serviço/produto).</i>	
Alterações do Termo Contratual <i>(informar todas as alterações realizadas durante o período)</i>	
Termos de Aditivo	

Termos de Apostilamento	
Retificações	

Informações do Saldo	
Valor Empenhado	
Valor Pago	
Saldo	

Órgão responsável pela gestão do Contrato	
Identificação dos Fiscais responsáveis pelas informações	
Período fiscalizado	
Em, ____/____/____	
Assinatura	